

**V Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão**  
**09 a 11/12/2019, FFLCH-USP, São Paulo-SP**

**GT 2 Cidades e Prisão**

**O trajeto dos agentes políticos locais durante o processo de  
interiorização penitenciária**

Thamires Luz de Paula e Silva  
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

## **O trajeto dos agentes políticos locais durante o processo de interiorização penitenciária**

### **RESUMO**

Como resultado de uma pesquisa de mestrado feita no município de Lavínia, localizado no extremo Oeste do estado de São Paulo e atualmente transformado em complexo penitenciário, detectamos a relação economicista entre agentes políticos locais e a dinâmica de visitação característica do fluxo em cadeia. Este artigo tem como objetivo apresentar um projeto de prosopografia para ser realizada com os agentes políticos de Lavínia e mais três municípios vizinhos que compartilham da mesma realidade social: a utilização de penitenciárias como motor para o desenvolvimento econômico local. Através de uma análise das trajetórias dos agentes políticos locais, dentro de um recorte temporal desde os anos de 1990 até a atualidade, poderíamos detectar as relações interpessoais que possibilitaram a propagação de uma mesma visão de mundo, sendo esta, a utilização das penitenciárias enquanto projeto de gestão populacional e econômico.

**Palavras-chave:** Interiorização - Prisão - Política - Economia

## Introdução

Participar de um evento específico sobre o objeto ao que se escolheu debruçar, neste caso, significa uma oportunidade de diálogo crítico para então entrever na forma que a pesquisa adotou, até então, um resultado abstrato<sup>1</sup>.

Em uma pesquisa de mestrado, finalizada em fevereiro de 2019, tivemos a oportunidade de entrevistar a dois prefeitos do município de Lavínia<sup>2</sup>. O primeiro, responsável pela vinda das três penitenciárias existentes na localidade, defendia as possibilidades que as mesmas apresentavam em relação direta com o comércio local, o qual, havia crescido abruptamente em número de locais de hospedagem, supermercados, táxis, restaurantes e bares; atribuídos – por ele – como oportunidade de emprego aos moradores locais (LUZ, 2019).

O segundo prefeito entrevistado cunhou o termo “turismo penitenciário”<sup>3</sup> e, se destacou enquanto proprietário do maior e mais luxuoso supermercado da cidade. O atual prefeito da cidade de Lavínia, além de representar uma inovação política diante da figura do prefeito anterior - quem protagonizou o sentido do jogo político por mais

---

<sup>1</sup> Neste artigo apresentamos o esboço de uma metodologia para ser aplicada com antecedência à qualificação do projeto de tese, que será apresentado no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em março de 2021.

<sup>2</sup> Lavínia é um município localizado no extremo Oeste do estado de São Paulo e configurou um território estratégico, atualmente possui três penitenciárias masculinas e um Centro de Detenção Provisória (CDP). A população local, conforme o Censo de 2010, é de 8.779 habitantes, dos quais, o número de detentos contabilizados como domicílio coletivo seriam 3.665 homens. Porém, conforme dados da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) consultados em out. de 2017, o número de detentos seria de 6.067 homens. Assim, a população carcerária corresponderia ao 69%, ou seja, mais da metade da população local.

<sup>3</sup> A FAPESP destinou uma bolsa de iniciação científica a um projeto de pesquisa intitulado *Visitação carcerária e a sua relação com o turismo em municípios com unidades prisionais: o caso em Presidente Bernardes –SP*. A pesquisa teve início em abril de 2019 e finalização em dezembro do mesmo ano. O objetivo geral da pesquisa é “[...] amparar o poder público municipal de cidades que possuem presídios, de novas visões prospectivas ao planejamento de ações que possam refletir positivamente tanto nas estruturas sociais, espaciais e/ou econômicas dessas cidades”. O resumo da pesquisa está disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/184441/visitacao-carceraria-e-a-sua-relacao-com-o-turismo-em-municipios-com-unidades-prisionais-o-caso-em/>, consulta 20 de nov. 2019.

de vinte anos - ajuda seus familiares durante o trabalho exaustivo dos finais de semana, dias em que as visitas dos familiares aos detentos acontecem (LUZ, 2019)<sup>4</sup>.

O atual prefeito da cidade de Lavínia brinca em entrevista dizendo que: “as pessoas acabam fazendo suas demandas pessoalmente porque me encontram trabalhando, ajudando a família no supermercado durante os finais de semana” (trecho da entrevista concedida à autora). Ambos os prefeitos, portanto, se distanciam de estratégias políticas que possibilitariam o abolicionismo (DAVIS, 2018), ao contrário, já não imaginam Lavínia sem prisões.

O enfoque teórico adotado desde a dissertação de mestrado até hoje, no primeiro ano do doutorado, é um esforço de análise dos efeitos econômicos da interiorização penitenciária, ou seja, o exercício de diálogo entre economia e prisão<sup>5</sup>.

Silvestre (2011) ao pesquisar o município de Itirapina, localizado na região central do estado de São Paulo, e com duas penitenciárias instaladas em períodos políticos diferentes, demonstra como atualmente as transformações sociais foram maiores à medida que o fluxo das visitantes modificaram o comércio local<sup>6</sup>. Sabaini (2012) analisa o mesmo município que Silvestre (2011) e chama a atenção para a ascensão social e econômica dos agentes penitenciários daquela cidade, os quais, disponibilizam de um renda média superior à da população local.

As atuais reconfigurações da prisão e seu deslocamento aos municípios interioranos intensificaram a circulação de pessoas e objetos, característica apontada por Godoi (2017) como “fluxos em cadeia”. Se partimos desta referência nos

---

<sup>4</sup> Em Lavínia as visitas ao presídio acontecem sábados e domingos, abrindo os portões às 09 horas fechando às 16 horas.

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que esta pesquisa é parte do Núcleo de Sociologia Econômica (NUSEC) da mesma universidade, o que define a lupa com que se olha ao objeto em questão. Ainda, nos Estados Unidos existem alguns estudos que abordaram o tema da interiorização penitenciária desde seus impactos econômicos, como TOOTLE, M. Deborah. *The Role of Prisons in Rural Development*, 2004; HULING, Tracy. *Building a Prison Economy in Rural America*, 2002; TURNER, Robert. *Yes in my Backyard*, 1996.

<sup>6</sup> As prisões de regime fechado e masculinas movimentam as visitas de mulheres, esposas, amantes, filhas e outras; as quais, vêm sendo apreendidas em diversas pesquisas atualmente, tanto nos Estados Unidos com o trabalho de Megam Comfort quem cunhou o termo “Prisionização secundária” como os trabalhos de Natália Lago “Mulher de preso nunca está sozinha”; ou, trabalhos feitos sobre a escassez de visitas para o caso das penitenciárias femininas como Padovani (2010) e Bumachar (2016). Estas pesquisas demonstram a necessidade de um recorte de gênero para se olhar os efeitos da interiorização penitenciária.

situamos em uma noção de prisão como parte das demais transformações sociais e não apenas incrustada em seu interior.

A prisão “fora dela” vem demarcando as concepções teóricas contemporâneas, Wacquant (2010) prossegue trabalhando a respeito da gestão punitiva da pobreza enquanto componente do neoliberalismo econômico. Davis (2018) havia então nomeado a expansão do número de prisões de “complexo-industrial-prisional”.

Em Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo aparece enquanto transformação do capitalismo, que o constitui em sistema normativo de ressignificação não apenas material como também das relações entre diversas esferas da vida. Os autores elaboraram o livro, *A nova razão do mundo*, em plena crise econômica de 2008 que afetou os países europeus, os quais, ao invés de motivar o desaparecimento do neoliberalismo econômico optaram por fundamentar uma nova “arte de governar”, ou seja, prosseguir com o dispositivo neoliberal através da especulação monetária.

Neste dispositivo neoliberal encontramos dois eixos de produção: i) um bloco oligárquico de coalização entre atores e organismos financeiros com sistemas políticos e burocráticos, e, ii) novos modos de subjetivação submetidos ao regime da concorrência e da individualização que podem ocasionar em movimentos reacionários.

Atualmente, mediante contato com o enfoque teórico da sociologia dos grupos dirigentes, ou, das elites, desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e sua equipe, a atenção se voltou mais uma vez para os agentes políticos locais e sua complexa relação objetiva para com o processo inicial, ou, a gênese da interiorização penitenciária. O interesse neste tipo de abordagem é devido à perspectiva histórica a ela agregada, questão inicialmente levantada no mestrado e então inacabada.

O que os estudos sobre grupos dirigentes de viés *bourdieusiano* demonstram, é que a posição privilegiada não se vale apenas da disposição econômica, mas, a ela estão associadas as dimensões dos recursos sociais, culturais e, sobretudo, simbólicos. A questão fundamental se encerra na pergunta de como os grupos dirigentes estabelecem sua visão sobre o mundo enquanto legítima?

Marques (2017) demonstrou a relevância do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP) no eclodir de uma visão institucionalista da criminalidade, colocando como ponto central a preocupação dos direitos humanos

na gestão do “sistema penal”<sup>7</sup>, alegando que o “tríptico segurança pública-democracia-direitos humanos” se instaurava enquanto razão dominante tanto nas arenas da militância política quanto no desenvolvimento da Sociologia da Violência, no final dos anos de 1970.

Para o caso aqui apresentado, o processo de interiorização penitenciária não gerencia, apenas, a instalação física das penitenciárias em municípios interioranos, como, também, torna-se dependente da prisão enquanto projeto e propaganda política, ao adotar a reeleição enquanto princípio do jogo político. Assim, os benefícios da interiorização penitenciária devem ser maiores que seus prejuízos, ao menos, no que diz respeito ao discurso oficial dos agentes políticos.

Mesmo que à instalação do processo de interiorização penitenciária tenha havido resistência dos agentes políticos e da população local (SILVESTRE, 2011), depois da “naturalização” das prisões mediante a rotina então estabelecida, o que haveria de ruim com elas torna-se pior sem elas, onde, as resistências não se sustentam. Se aprende a conviver com elas – as prisões – e são gerados princípios de organização e de legitimação próprios.

A modo de potencializar nossa análise é necessário construir uma base de dados representativos. Para esta tarefa, a prosopografia que vem sendo utilizada nesses estudos de grupos dirigentes possibilitaria localizar as diferentes posições ocupadas pelos prefeitos ao longo do período de interiorização penitenciária daquela região. Como exemplo, temos os dois prefeitos anteriormente citados, ambos apresentaram trajetórias de mesma formação acadêmica, a de administração empresarial, feitas na capital paulistana em universidades privadas como a Fundação Getúlio Vargas e a Mackenzie. Demonstrando, portanto, indicadores afins à realização de uma prosopografia, ou, biografias coletivas.

A aplicabilidade desta metodologia ao universo empírico, que posteriormente descrevemos em maiores detalhes, se encontra na apreensão do mundo social contemporâneo em diversificadas esferas ou campos, que possuem formas de hierarquizações próprias. Neste rumo da pesquisa, assumimos o pressuposto teórico de que os grupos dirigentes dos municípios interioranos possuem suas próprias estratégias de cooptação, reprodução e distinção no exercício do poder.

---

<sup>7</sup> O termo “sistema penal” empregado pelo autor inclui as infraestruturas policial, judiciário e penitenciário correspondentes às diretrizes das políticas de segurança pública.

Ainda, dentro da “teoria geral dos campos” o Estado moderno teria propriedades que o diferenciaria de outras esferas sociais, construindo-se enquanto “metacampo” tendo a possibilidade de modificar os princípios de organização dos demais campos, tendo a supremacia de redistribuir ou reproduzir privilégios (BOURDIEU, 2014)<sup>8</sup>.

As mudanças relativas ao quadro político-institucional possui fortes influências das nuances econômicas. A região do extremo Oeste de São Paulo conta com municípios que experimentaram períodos de excelência econômica durante os anos de 1940 e 1950, os quais, compuseram o ápice da cafeicultura no Brasil.

### **O estudo dos grupos dirigentes segundo o esquema conceitual de Pierre Bourdieu**

O interesse pelo aprofundamento na dimensão dos grupos dirigentes que protagonizaram o processo de interiorização penitenciária na região oeste do estado de São Paulo tem haver com a forma em que o poder é concebido.

Diante do esquema conceitual *bourdieusiano*, seguindo vestígios *weberianos*, o mundo social é dividido em esferas ou campos relativamente autônomos. Esta autonomia relativa é derivada da diversificação do mundo contemporâneo, unificando-se às diretrizes *durkheimianas* da divisão social do trabalho. Diante desta divisão, física e simbólica, entre as diversas esferas do espaço social, correspondente a aplicação de uma visão multidimensional das estruturas sociais, onde, a cada grupo dirigente lhe corresponderia princípios de hierarquização próprios, a um determinado campo (BOURDIEU, 1996; SEIDL, 2013).

Esta dimensão estrutural de configuração do campo implicaria, sucessivamente, a análise das práticas de incorporação dos princípios de hierarquização e sua

---

<sup>8</sup> Os escritos de Bourdieu (2014) formam parte dos cursos ministrados no Collège de France, de 1989 a 1992. Dentro do esquema conceitual *foucaultiano*, fortemente empregado na sociologia da punição, e encontrado também em seus cursos no Collège de France, o Estado moderno se manifesta na noção de governamentalidade, manejada pelo termo Estado de exceção de Agamben, mediante o desenvolvimento póstumo da noção de racismo estrutural. Porém, a noção de governamentalidade não supõe uma ruptura absoluta com a soberania, e sim, demonstra a forma multifocal em que o Estado produz seu controle sobre as subjetividades. Na obra de Bourdieu “Sobre o Estado” o autor demonstra como as categorias criadas pelos modelos censitários acabam se materializando em agentes concretos. Portanto, acreditamos que seria possível trabalhar de forma conjunta entre os dois autores: Pierre Bourdieu e Michel Foucault, ao menos, em suas concepções semelhantes.

atualização rotineira, portanto, a análise dos agentes, aqueles que significam ou ressignificam a ordem social.

No entanto, assim como aplicar a noção de “Estado Penal” presente em Wacquant (2003) requer de certa parcimônia para o caso brasileiro, o qual, não experimentou a consolidação de um Estado do bem-estar social como para ser desmantelado; a noção de campo também é amplamente discutida.

Grill e Reis (2018) propõem o termo domínio para ser empregado na leitura da sociedade brasileira advertindo a influência maior das relações pessoais, o que altera na autonomia do campo. Porém, mais que entrar em uma disputa pela nomenclatura adequada, vale se centrar no campo enquanto codificador dos mecanismos de hierarquização social; das estratégias de reprodução das classes sociais e, dos ditames em matéria de estilos de vida.

O que vale reter das especificidades das hierarquias ao estilo brasileiro é o peso maior das relações pessoais, que não necessariamente constituem capitais sociais, mas, funcionam, necessariamente, enquanto estratégias de hierarquização do campo.

Complementar a noção de campo com pressupostos da antropologia política nos auxiliará na apreensão deste universo difuso entre o rural e o urbano; entre o conservador e o progressista. A análise de Silvestre (2011) aos jornais locais do município de Itirapina demonstraram a antiga visão dos moradores em relação à instalação da estrada de ferro e sua referência ao progresso, narrativa que se manteve mesmo com a construção da primeira penitenciária, ainda em período de ditadura militar, e que se distanciou no período da construção da segunda prisão nos anos de 1990.

De qualquer forma, o peso nas relações pessoais conviria, de forma agregada, aos demais recursos ligados às estratégias de reprodução social, o que desmistificaria a suposta trajetória de meritocracia dos agentes que ocupam as posições de dominação social.

Então, onde entra a prisão? Atualmente o que estrutura as práticas dos agentes localizados em municípios que passaram pelo processo de interiorização penitenciária é a presença das prisões em sua dinâmica de funcionamento. Assim, a prisão se impõe enquanto princípio de legitimação das relações de dominação que compõem o campo.

Trata-se, portanto, de estudar estruturas de dominação em sua pluralidade de dimensões a fim de compreender as variações do fenômeno da *dominação social* através da análise do conjunto de esferas nas quais ele se apresenta. Tal empreendimento envolve a



tentativa de objetivação das estruturas de poder e dos princípios de legitimação de cada esfera — e não somente da esfera política, econômica ou estatal — e as relações entre esses diferentes espaços de luta (SEIDL, 2013, p. 183).

### **A dimensão da Coordenadoria da Região Oeste**

Tanto em pesquisas acadêmicas sobre o fenômeno da interiorização penitenciária (SILVESTRE, 2011; SABAINI, 2012; ZOMIGHANI, 2013) quanto no senso comum dos habitantes de cidades interioranas - como foi o caso estudado de Lavínia – o Massacre do Carandiru é apontado como princípio gerador.

O desenvolvimento do argumento de Marques (2017) foi buscar através dos relatórios das comissões de direitos humanos uma série de chacinas ocorridas previamente ao evento da Casa de Detenção de São Paulo, conhecida por Carandiru. Para o autor, o Massacre deixa de ser um ato isolado e se constitui enquanto “[...] acontecimento ligado ao padrão repressivo da política de segurança pública da época e à cadeia de decisões das autoridades” (Idem. p. 243)<sup>9</sup>.

As mudanças institucionais que transformaram as paisagens e as dinâmicas sociais das cidades interioranas do estado de São Paulo, ocorreram a partir da década de 1990 quando a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) assumiu o protagonismo na gestão da população carcerária, anteriormente também delegada à Secretaria de Segurança Pública (SSP) correspondente às cadeias e delegacias (GODOI, 2017). Neste período, o número de Centros de Detenção Provisória (CDP) de responsabilidade da SAP aumentaram.

Atualmente, mesmo depois de 17 anos de fechamento do Carandiru, o processo de interiorização penitenciária permanece vigente<sup>10</sup>.

Na página *online* da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo foi possível retirar os dados de todos os municípios de responsabilidade administrativa da Coordenadoria da Região Oeste (CRO), da qual, Lavínia é parte. Dados referentes à data de inauguração das unidades prisionais; de sua capacidade

---

<sup>9</sup> Na tese de Marques (2017) o Massacre do Carandiru colocou o NEV no centro da política nacional de direitos humanos do governo FHC, demonstrando que mesmo em períodos democráticos ocorreu forte expansão do sistema penal.

<sup>10</sup> “A casa de detenção do Carandiru foi fechada em 2002” (GODOI, 2017, p.151).

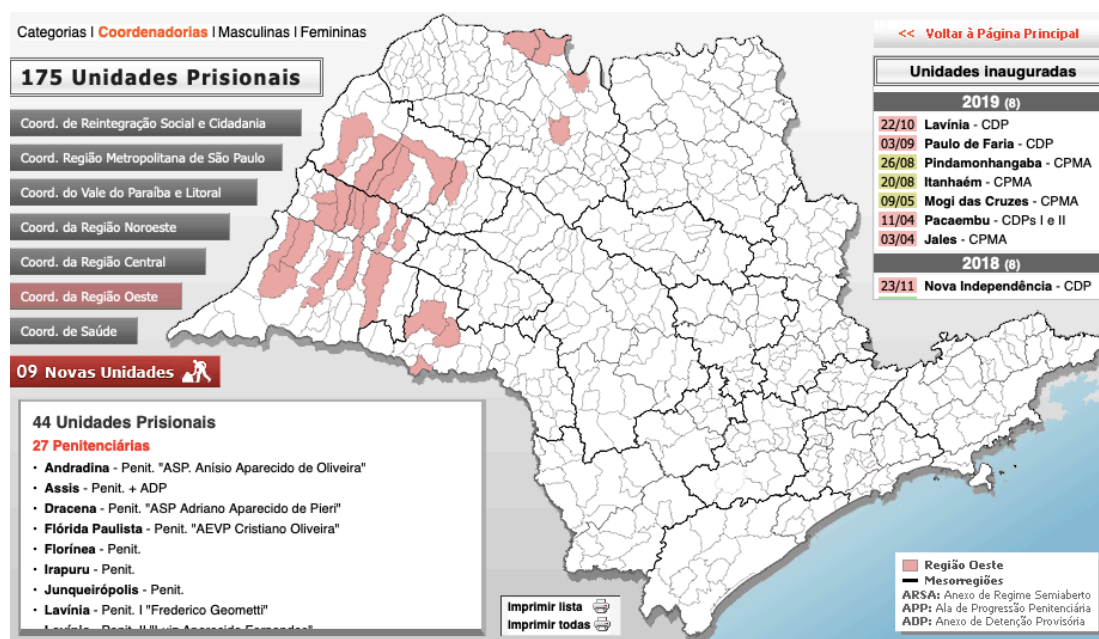
populacional e da população carcerária atual.<sup>11</sup> As unidades prisionais da CRO estão distribuídas em 29 municípios, modificando suas paisagens.

A construção das penitenciárias podem ser acessada através da data de inauguração, também disponibilizadas pela SAP, onde, a CRO se destaca pela quantidade de penitenciárias a partir dos anos de 1990 e 2000.

Nos anos de 1990 foram inauguradas 13 penitenciárias, 2 Anexos de Regime Semiaberto (ARSA), 1 Ala de Progressão Penitenciária (APP) como extensão da penitenciária do município de Lucélia, e 1 Anexo de Detenção Provisória (ADP) enquanto parte da penitenciária de Assis. Nos anos de 2000 foram 11 penitenciárias, 3 ARSA, 2 Centros de Detenção Provisória (CDP), 2 Centro de Progressão Penitenciária (CPP), 3 Centros de Ressocialização (CR) e 1 CR feminino na cidade de São José do Rio Preto e 2 Centros de Readaptação Penitenciária sendo 1 masculino e outro feminino e ambos na cidade de Presidente Bernardes.

A primeira penitenciária feminina da região foi inaugurada na cidade de Tupi Paulista no ano de 2010.

IMAGEM 1 – Distribuição das unidades prisionais pelo território da Coordenadoria Oeste (CRO) do estado de São Paulo.



Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária; <http://www.sap.sp.gov.br>; acesso em 26 out. 2019.

<sup>11</sup> Ao final do artigo é possível consultar, em Anexo 1, a tabela com os dados disponibilizados pela página *online* da SAP-SP.

Godoi (2017) já havia destacado a concentração de penitenciárias no interior mais distante da capital paulistana, a inovação da região interiorana talvez seja a atual diversificação em unidades prisionais, como o CDP do município de Icém inaugurado em 2017; o CDP de Nova Independência em 2018 e o de Lavínia em 2019. Mais que inovação poderia devir de necessidades geradas pela própria dinâmica de interiorização penitenciária.

Observando a localização das unidades prisionais ao longo do território de responsabilidade da Coordenadoria Oeste damos conta de que as penitenciárias estão alocadas em municípios de menor densidade demográfica, confirmando uma estratégia política transformada no senso comum do universo analisado, o fato de que as prisões sejam utilizadas para o aumento da população censitária. Consequentemente, a possibilidade de adquirir maiores repasses municipais.

Um dos dados de destaque é que todas as penitenciárias da CRO estão superlotadas enquanto outras unidades prisionais como Centros de Detenção Provisória (CDP), Centros de Ressocialização (CR) e Centros de Progressão Penitenciária (CPP) possuem menos população do que a quantidade de vagas disponibilizadas, ou seja, a maioria das pessoas encarceradas estão nas penitenciárias de regime fechado.

Fenômeno também anteriormente identificado por Godoi (2017) que ao contabilizar os dados atualizados em setembro de 2016 chamou a atenção para o município de Florínea, até então com uma penitenciária recente, inaugurada em fevereiro de 2016. Atualmente, nos dados que apresentamos em Anexo, Florínea possui uma superlotação carcerária, com 1789 detentos para 847 vagas.

O fato de que a maior parte das penitenciárias sejam masculinas e de regime fechado garante o fluxo das visitantes que compõem o cenário então nomeado pelo prefeito de Lavínia como “turismo penitenciário”. A própria dinâmica de circulação dos familiares dos detentos também significaria nichos específicos de mercado<sup>12</sup>

A única penitenciária com menor população carcerária que sua capacidade é a primeira penitenciária da região, a de Presidente Venceslau, inaugurada no ano de 1961. As maiores taxas de encarceramento estão nas penitenciárias mais jovens.

---

<sup>12</sup> Um dos desdobramentos que se pretende fazer durante a tese é a análise da configuração da “mulher-de-presos” enquanto principais agentes econômicos destes municípios interioranos.

A CRO possui, apenas uma penitenciária feminina localizada no município de Tupi Paulista e inaugurada muito recentemente, no ano de 2011. Os maiores municípios da região não possuem penitenciárias enquanto os menores, às vezes, possuem mais de uma unidade.

Lavínia, como exemplo estudado, inaugurou no dia 22 de outubro deste ano de 2019 um Centro de Detenção Provisória (CDP), a fim de acomodarem aqueles indivíduos que aguardam julgamento como os que estão em processo de *trânsito*, ou seja, à espera de serem transportados a outras unidades prisionais.

A inauguração do CDP de Lavínia contou com a presença do governador João Doria, e, segundo informações disponibilizadas no página *online* do Governo de São Paulo a empreitada custou R\$ 55,8 milhões do Tesouro Estadual. Além disso a notícia enaltece o fato de que a unidade tenha sido construída com o uso de última tecnologia contando com portas totalmente automatizadas, aparelhos de raio X, escâner corporal e detector de metais. Até o dia 31 de Dezembro deste ano o governador irá inaugurar mais 12 unidades prisionais no estado<sup>13</sup>.

Porém todo esse “complexo industrial-prisional” (DAVIS, 2018) é parte de uma ressignificação que não pode ser apreendida apenas em termos econômicos, mas, em termos de ressignificação dos princípios de hierarquização das populações no interior do estado.

### **Uma apropriação audaciosa de uma técnica da “elite”**

Os estudos de cunho prosopográficos fazem parte dos grupos de pesquisa das “elites” pelo simples fato de que personagens importantes fazem questão de produzir suas próprias biografias, deixam muitos rastros nas principais mídias e inauguram institutos de pesquisa destinados a serem guardiães de sua memória.

Bourdieu (2005) ao lançar uma crítica ao método das “histórias de vida” coloca enquanto dilema de pesquisa “[...] o *excesso* de sentido e de coerência inerente a qualquer abordagem biográfica (PASSERON, 1995, p. 205). Partindo desta problemática a prosopografia enquanto o estudo de biografias coletivas se mostra

---

<sup>13</sup> Segundo notícia divulgada pelo Governo do Estado, *Governo de São Paulo inaugura presídio em Lavínia: Centro de Detenção Provisória tem celas automatizadas, raio-X, portal detector de metais e escâner corporal* (São Paulo, Portal do Governo, 22 out. 2019), disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sao-paulo-inaugura-presidio-em-lavinia/>, acesso em 26 out. 2019.

como alternativa de superação da “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2005), ou seja, este método oferece certo distanciamento dos indivíduos para se colocar sobre os efeitos da vida social na posição do indivíduo em um determinado espaço e tempo.

Na subárea da sociologia das elites ou dos grupos dirigentes ou das classes dominantes, têm-se difundido a abordagem teórica e metodológica desenvolvida na França pela equipe que trabalhou em conjunto com o sociólogo Pierre Bourdieu. Nesta direção, Passeron (1995) enfatiza a inviabilidade dos estudos de trajetórias, que para serem fidedignos à proposta *bourdieusiana* deveria então acumular conhecimento de um indivíduo da infância até a contemporaneidade de sua existência, requisitos inviáveis para a realização de um pesquisa.

A prosopografia, ao estudar um grupo, teria a capacidade de elucidar momentos históricos que ao modificar as estruturas gerais do universo analisado, também foram princípios estruturantes dos itinerários que tornam um conjunto de vidas, algo semelhante.

Conhecemos a dificuldade na aplicabilidade desta técnica na busca de compreensão das relações que guiaram o processo de interiorização penitenciária na extensão da Coordenadoria da Região Oeste (CRO) do estado de São Paulo, devido ao contexto interiorano, distante das capitais. Porém, acreditamos na potencialidade desta técnica, justamente para compor uma história ausente. Assim, nos situamos em uma construção do objeto um tanto audaciosa posto que nos colocamos diante de um grupo, que não deixa de constituir uma elite para o universo pesquisado, mas, deslocado dos principais núcleos urbanos e da atenção dos principais veículos midiáticos do país.

Tivemos acesso, durante a pesquisa de mestrado, de um livro de memórias da cidade de Lavínia escrito e publicado por uma moradora local que atua como professora de história na cidade de Campinas. Esse mesmo livro serviu de base para a produção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido em uma das universidades próximas, localizada no município de Araçatuba, na área do jornalismo.

Tanto no livro de memória quanto no TCC encontramos uma lacuna, a inexistência de relatos referentes às décadas de 1970 em diante. Em épocas anteriores, a história é relatada com certo saudosismo, de um passado dirigido por elites tradicionais do café. O que nos leva a sustentar a hipótese de que os padrões de recrutamento dos atuais grupos dirigentes destes municípios interioranos, os mesmos

que se alinham à afinidades para com o projeto de interiorização penitenciária, deve-se ao afastamento e deslocamento territorial da “elite” tradicional.

Contudo, reconstruir as biografias coletivas dos prefeitos de municípios tão pequenos será um reto para a imaginação sociológica. Pensamos em reconstruir mediante entrevistas aos membros das elites locais que não necessariamente ocuparam cargos administrativos para compreender a ascensão de uma classe dirigente emergente, ou seja, excluída dos circuitos da elite tradicional reconhecida pela fundação daquelas cidades.

Um prefeito que desenvolve sua carreira política em relação ao processo de interiorização penitenciária estaria então condicionado a defender a presença das penitenciárias no município? Evidenciando assim suas vantagens e “escondendo” sua perversidade? Afinal, não se pode cometer muitos erros numa carreira política em uma localidade tão pequena, tendo em vista as possíveis reeleições ao cargo que disponibiliza uma retribuição mensal de R\$ 12.061,17<sup>14</sup>.

O fato de que a posição de prefeito seja economicamente privilegiada não retira de sua responsabilidade a construção de um capital simbólico, aquele que lhe dota de reconhecimento para prosseguir ocupando a mesma posição de prestígio.

Ao se propor, a reconstrução do grupo dirigente responsável pela vinda das penitenciárias, portanto, buscamos a reconstrução dessa história pouco contada.

Se pensamos o Estado tal como Bourdieu inspirado em Durkheim propõe, responsável pela integração lógica e moral da sociedade, enfatizando a dimensão lógica que se impõe como categoria de organização imediata (2014), nos situamos em resoluções administrativas instantâneas que negam ter sentido prévio e objetivo, dotando suas medidas de certa aleatoriedade.

### **A construção de uma amostra representativa**

Apesar de que a penitenciária de Presidente Venceslau tenha sido inaugurada no ano de 1961, as outras 51 unidades prisionais começaram a configurar as paisagens do interior Oeste do estado de São Paulo a partir dos anos de 1990. Por isso, pretendemos analisar os agentes políticos de Lavínia e mais três municípios circunvizinhos, sendo

---

<sup>14</sup> Dados oficiais disponibilizados na página eletrônica da Prefeitura de Lavínia, consulta 28 out. 2019.

estes, Mirandópolis, Andradina e Valparaíso.

Iniciemos por ordem alfabética. O município de Andradina está a 630 quilômetros da cidade de São Paulo, possui uma população de 57.157 habitantes e sua penitenciária foi inaugurada em dezembro do ano de 1998 sob o mandato da prefeita Edna Adavel Occhiucci Brito, membro do Partido Republicano Progressista (PRP).

A história oficial de fundação do município de Andradina passa pelos êxitos da pecuária daquela região, e, na página *online* da Prefeitura Municipal aparece o relato de que “Andradina foi idealizada, em 1932 pelo fazendeiro Antônio Joaquim de Moura Andrade, maior criador de gado do Brasil que tinha a alcunha de Rei do Gado”.<sup>15</sup>

Enquanto isso, o município de Mirandópolis se encontra a 13 quilômetros do município de Lavínia e possui duas penitenciárias superlotadas. A primeira foi inaugurada no ano de 1991 em conjunto com um Anexo de Regime Semiaberto (ARSA) sob o mandato Mitsutoshi Ikejiri do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A segunda penitenciária do município de Mirandópolis foi inaugurada no ano de 1993 sob o mandato de José Pedro Zanon Júnior, também membro do PMDB.

A história oficial contada pela página eletrônica da Prefeitura de Mirandópolis se refere a uma disputa de grandes famílias proprietárias de terras da região que restringiam a criação do município, que foi conseqüentemente criado e recriado inúmeras vezes.

No município de Valparaíso também se encontra uma penitenciária superlotada, inaugurada no ano de 1998 sob o mandato da prefeita Maria de Lourdes M. de Melo e não encontramos informação a respeito de sua afiliação partidária. O município de Valparaíso foi fundado por Francisco Vieira Leite, em 1937, devido à expansão da cafeicultura.

O município de Lavínia nasceu com a penetração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e com a evolução da cafeicultura, história compartilhada pelos demais municípios que pretendemos analisar. A necessidade da estrada de ferro se deu, devido à exploração da terra. A crise nacional de 1960 provoca a substituição da cultura do café pela pecuária e, como consequência, veio o êxodo rural.

---

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.andradina.sp.gov.br/portal/cidade/11/História>, consulta 20 nov. 2019.

Como já mencionado anteriormente, Lavínia possui três penitenciárias e um CDP. Apenas em trabalho de campo etnográfico foi possível experimentar a liderança política de Matsunaka e sua facilidade relacional com o governo estadual. A influência política de Salvador Matsunaka no município de Lavínia é tamanha que sua residência e escritório se encontra praticamente ao lado da Prefeitura Municipal, como muitos moradores alegaram “a Prefeitura era o quintal da casa dele, mesmo ele não sendo o prefeito sempre estava opinando”<sup>16</sup>. Ele se tornou uma figura histórica no município de Lavínia devido a sua forma de fazer política, digamos menos arraigada aos controles burocráticos. Por mais que outros prefeitos tenham sido eleitos, a liderança de Matsunaka na prefeitura persistia, como ele mesmo enuncia na Revista em comemoração aos 73 anos da cidade, dos quais, 24 anos foram sob a administração do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tendo a Salvador como presidente em Lavínia.

Através da pouca história disponibilizada, publicamente, por órgãos administrativos dos municípios de Andradina, Mirandópolis, Valparaíso e Lavínia detectamos a ausência de uma narrativa recente. Tanto é assim que, para ter conhecimento das penitenciárias seria necessário acessar a página eletrônica da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo, compondo um quadro de administrações relativamente autônomo.

Em entrevista mantida com o atual prefeito municipal do município de Lavínia, ao ser questionado se considera que sua cidade ainda seja predominantemente rural, antes de obter uma resposta afirmativa ouvimos: “lógico que hoje temos a presença dos presídios, mas, nossa vocação é rural”.

Contudo, parece ser que as penitenciárias chegaram sem ser notificadas e que atualmente o convívio com elas é irremediável. Precisamos, portanto, compor uma história recente em que a prisão seja protagonista.

É desta lacuna histórica que a prosopografia se apresenta enquanto técnica oportuna de análise das relações sociais que se colocaram no jogo do processo de interiorização penitenciária da região oeste do estado.

Uma pesquisa histórica mais minuciosa certamente permitiria ampliar a relação de obras e inaugurações no decorrer do tempo. No entanto, completar essa progressão de acontecimentos não seria suficiente para determinar a origem histórica da situação presente. O processo de expansão interiorizada do parque penitenciário não

---

<sup>16</sup> Anotações do diário de campo entre os meses de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018.



se explica pela linha sucessória de inaugurações de unidades prisionais no interior do estado, nem pela constante “lógica de rejeição” que orienta certas práticas punitivas desde o período colonial. Se não importantes para a compreensão do papel que a distância vem desempenhando no desenvolvimento das práticas punitivas, tais antecedentes não determinam nem explicam o mapa recente das prisões paulistas (GODOI, 2017, p. 155).

Um enfoque teórico nas relações de hierarquia que se formaram através da mediação no processo de interiorização do complexo penitenciária seria capaz de esclarecer certos princípios e mecanismos de legitimação da atual ordem social que opera na região: a vida com prisões.

Silvestre (2011) ao estudar o município de Itirapina deixa claro a forma em que os moradores locais enxergam nas penitenciárias as melhores oportunidades de emprego. Aspecto confirmado por Sabaini (2012).

Algo surpreendente que detectamos no município de Lavínia, lembrando a dimensão do complexo penitenciário da região, foi a relação da alta hierarquia local com as penitenciárias, desestruturando a clássica oposição entre pobreza e criminalidade (LUZ, 2019).

Marques (2017) chama a atenção para o “punitivismo-desenvolvimentista” estimulado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) através da promoção de um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) que integrou os níveis federais, estaduais e municipais de gestão da criminalidade.

Para o caso específico do município de Lavínia, empiricamente analisado, o prefeito responsável pela inauguração e vinda das três penitenciárias locais disponibilizava de uma relação personificada com o até então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmim. A relação de reciprocidade além de ter sido ativada em entrevista enquanto justificativa para o mérito do cargo de prefeito também estava estampada na imprensa local. Vale mencionar que ambos eram membros do mesmo partido, mas, a relação de reciprocidade poderia ser ainda melhor explorada, sobretudo tendo conhecimento de sua formação superior na FGV de São Paulo onde configurou um capital social de pessoas influentes.

Para o caso deste prefeito entrevistado no município de Lavínia aparece o que Coradini (1997, p.427) destaca enquanto especificidade brasileira em seu estudo da elite médica do Brasil, sendo este, em que “[...] as relações com base na reciprocidade não apenas são constituintes do grupo, como são oficialmente admitidas e até proclamadas com solenidade”. Para o autor a alternativa para a contextualização dos

grupos dirigentes no Brasil seria considerar os conceitos de origem anglo-saxônico entorno do “neopatrimonialismo” e “clientelismo”.

Ainda, ocupar um cargo dirigente em municípios aparentemente insignificantes possibilitaria ao agente envolvido o convívio direto com os grupos dirigentes da capital.

O interesse pelos agentes políticos locais se deve ao poder de decisão que lhes envolve enquanto suas posições privilegiadas dentro de uma hierarquia social que lhes foi atribuída e que, ao mesmo tempo, lhes possibilitariam um território mais abrangentes das tomadas de posição possíveis. Tanto é assim, que, de modo a contrapor a visão de mundo por eles consagrada, seria de total interesse desta pesquisa, a análise daqueles agentes políticos que optaram pela renúncia do fenômeno expandido, da interiorização penitenciária.

Se refletimos sobre o processo de interiorização penitenciária enquanto programas de gestão das populações e dos territórios no marco de uma agenda política, a problemática da soberania não se encontra isenta dos princípios de subjetivação. Desta forma, diante das justificativas locais em se tratando de investimentos em prisões haverá para além do discurso oficial certas relações objetivas no campo desta política.

A relação que se pretende estabelecer entre as sociologias: econômica, dos grupos dominantes e da punição, se faz ainda mais viável ao caso da interiorização penitenciária e seus interlocutores políticos já que as localidades interioranas devido às crises econômicas se tornaram reféns dos repasses municipais.

Para cumprir o objetivo de pesquisa haveria de identificar os agentes políticos que exerceram a mediação entre as forças estaduais e locais para a vinda das prisões.

### **Considerações finais**

Esta oportunidade, resumida em um encontro mais que em evento, coloca à vista minhas “[...] definições provisórias destinadas a ser arrumadas e corrigidas” (BOURDIEU, 2014, p. 30).

O achado empírico que prevalece foi a ausência de uma história das relações de dominação que impuseram aos municípios do interior do estado de São Paulo sua adesão ao modelo do “punitivismo-desenvolvimentista” (MARQUES, 2017).

O objetivo de pesquisa que se coloca enquanto tomada de posição teórica em contínua simetria com o processo empírico, é desvelar do senso comum as posições estratégicas que guiaram o processo de interiorização penitenciária em suas próprias localidades com princípios de legitimação relativamente autônomos. Tarefa certamente árdua tendo em vista o contexto distante da atenção que se coloca aos grandes centros urbanos.

A prosopografia não se demonstra apenas como método de pesquisa, e sim, enquanto raciocínio sociológico em que se persegue as tendências, o provável enquanto mecanismos de ordem social.

A figura do Estado, desde um viés *bourdieusiano*, se coloca em posição do “monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 2014). Os agentes políticos locais ao participarem do jogo político tendem a reproduzir as formas de violência simbólica legítima, no caso aqui apresentado, a continuidade do processo de interiorização penitenciária e contínua expansão do sistema penal. Tendência apreendida em um contexto estatual enraizados, também, em movimentos de transformações globais e nacionais.

A necessidade identificada, de reconstrução de uma história recente, nos permite elaborar o itinerário das relações de poder identificando os recursos que entraram em disputa e estabeleceram as regras da política de interiorização penitenciária, desde o interior. Por recursos compreenderemos relações que envolvam dinheiro e bens, estratégias de escolarização fora do município, conjunto de relações no município e fora dele e, os princípios de reconhecimento disponíveis no período de análise.

O recorte temporal, dos anos de 1990 até a atualidade implicam certa análise de conjuntura, algo disponível em uma diversidade de pesquisas que constituem a subárea da sociologia da violência, da punição, da pobreza e urbana. Porém, desde os municípios interioranos deverá ser reconstituída de forma oral, certamente ampliada a partir da análise documental da mídia local e dos trabalhos de memória como o livro que tivemos acesso durante a pesquisa de mestrado. Tarefa que poderia ser imaginada num período como o atual, ou seja, de doutorado.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Fundamentos para uma ciência das obras. In BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Boitempo: São Paulo, 2016.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GRILL, I. G.; REIS, E.T. *Dos campos aos domínios das “elites” no Brasil. TOMO*, p. 163-2010, 2018.
- LUZ, Paula Silva Thamires. *“Turismo penitenciário”: economia e prisão na consolidação de uma prática de mercado*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Florianópolis, PPGSP-UFSC, 2019.
- MARQUES, Adalton. *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, São Carlos, PPGAS-UFSCar, 2017.
- PASSERON, Jean-Claude. *O raciocínio sociológico: o espaço nao-popperiano de raciocínio natural*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.
- SABAINI, Raphael. *Uma cidade entre presídios: percepções acerca de um contínuo entre a prisão e o urbano*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, São Paulo, FFLCH-USP, 2012.
- SEIDL, E. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL, E; GRILL, I.G. (org.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Sao Carlos, Cech-UFSCar, 2011.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- WACQUANT, Loïc. *Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica*. Tempo social, v.26, n.2, pp. 139.164, São Paulo, 2014.

**ANEXO 1** – Municípios que compõem a Coordenadoria Oeste (CRO) do estado de São Paulo com data de inauguração, tipo da unidade prisional, capacidade e população carcerária atual.

<b>Município</b>	<b>Inauguração</b>	<b>Tipo Unidade</b>	<b>Capacidade</b>	<b>População</b>
Andradina	17/12/1998	Penitenciária	875	1306
Assis	07/11/1991	Penitenciária	829	980
<b>Assis</b>	07/11/1991	ADP	288	199
Araçatuba	09/04/2001	CR	142	144
<b>Araçatuba</b>	09/04/2001	ARSA	72	61
Birigui	26/04/2003	CR	153	130
<b>Birigui</b>	26/04/2003	ARSA	72	93
Caiuá	15/04/2005	CDP	844	602
Dracena	17/12/2001	Penitenciária	844	1829
Florida Paulista	16/03/2005	Penitenciária	844	2066
Florínea	<b>26/02/2016</b>	Penitenciária	847	1789
Icém	<b>10/02/2017</b>	CDP	847	800
Irapuru	15/04/2005	Penitenciária	844	2079
Junqueirópolis	19/10/1998	Penitenciária	873	1380
Lavínia	15/01/2002	Penitenciária	844	1786
<b>Lavínia</b>	25/01/2006	Penitenciária	844	2144
<b>Lavínia</b>	25/01/2006	Penitenciária	844	2190
<b>Lavínia</b>	<b>22/10/2019</b>	CDP	847	113
Lucélia	04/12/1998	Penitenciária	1440	2284
<b>Lucélia</b>	04/12/1998	APP	110	173
Marabá Paulista	04/02/2005	Penitenciária	844	1798
Martinópolis	17/03/1999	Penitenciária	872	1364
Mirandópolis	08/03/1991	Penitenciária	1244	2300
<b>Mirandópolis</b>	08/03/1991	ARSA	516	935
<b>Mirandópolis</b>	30/04/1993	Penitenciária	1247	2300
Nova	<b>23/11/2018</b>	CDP	823	944

Independência				
Oswaldo Cruz	11/03/2002	Penitenciária	844	1631
Pacaembu	29/09/1998	Penitenciária	873	2015
<b>Pacaembu</b>	<b>11/04/2019</b>	CDP 1	823	812
<b>Pacaembu</b>	<b>11/04/2019</b>	CDP 2	823	812
<b>Pacaembu</b>	12/12/2001	CPP	686	1836
Paraguaçu	15/01/2002	Penitenciária	844	1714
Paulo de Faria	<b>03/09/2019</b>	CDP	823	772
Pracinha	23/01/2002	Penitenciária	844	1886
Presidente Bernardes	16/11/1990	Penitenciária	1247	2103
<b>Presidente Bernardes</b>	02/04/2002	CRP Masculino	145	51
<b>Presidente Bernardes</b>	02/04/2002	CRP Feminino	40	0
Presidente Prudente	23/04/1990	Penitenciária	696	1337
<b>Presidente Prudente</b>	23/04/1990	ARSA	247	535
<b>Presidente Prudente</b>	22/02/2002	CR	142	110
<b>Presidente Prudente</b>	22/02/2002	ARSA	72	89
Presidente Venceslau	05/12/1961	Penitenciária	781	590
<b>Presidente Venceslau</b>	05/12/1961	APP	112	142
<b>Presidente Venceslau</b>	23/10/1999	Penitenciária	1280	819
Riolândia	15/12/1998	Penitenciária	865	1814
<b>Riolândia</b>	<b>22/11/2013</b>	CDP	847	781
São José do Rio Preto	24/10/2002	CDP	844	731

<b>São José do Rio Preto</b>	<b>28/12/2010</b>	CPP	1079	1905
<b>São José do Rio Preto</b>	06/08/2004	CR Feminino	142	134
Tupi Paulista	16/03/2005	Penitenciária	844	1755
<b>Tupi Paulista</b>	<b>16/08/2011</b>	Penitenciária feminina	718	690
<b>Tupi Paulista</b>	16/08/2011	APP	72	116
Valparaíso	28/09/1998	Penitenciária	873	1975
<b>Valparaíso</b>	17/12/2001	CPP	691	1813

Fonte: Dados disponibilizados na página *online* da Secretaria de Administração Penitenciária; <http://www.sap.sp.gov.br>; acesso em 26 out. 2019.

## **ANEXO 2** – Lista de Siglas referente aos tipos de unidades prisionais

ADP – Anexo de Detenção Provisória

APP – Ala de Progressão Penitenciária

ARSA – Anexo de Regime Semiaberto

CDP – Centro de Detenção Provisória

CPP – Centro de Progressão Penitenciária

CR – Centro de Ressocialização

CRP – Centro de Readaptação Penitenciária

NEV – Núcleo de Estudos d